



ANAIS CD ISBN 978-85-63737-02-1

**GT 9 – As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural
Sustentável no Brasil Contemporâneo**

Ideias e Práticas na Gestão Social do Território da Borborema, PB¹

Márcio Caniello¹
Valério Veríssimo de Souza Bastos²
Maria de Fátima Martins³
Marc Piraux⁴

1. Doutor em Sociologia, Professor Associado, UFCG – marciocaniello@gmail.com
2. Mestre em Sociologia, Técnico da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema, UFCG – valerioverissimo@hotmail.com
3. Doutoranda em Recursos Naturais, Professora Assistente, UFCG – fatimamartins2005@gmail.com
4. Doutor em Agroecologia, Pesquisador do CIRAD, Professor Visitante, UFPA – marcpiriaux@uol.com.br

Introdução

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os espaços para a participação da sociedade civil na definição e implementação das políticas públicas no Brasil ampliaram-se significativamente. Resultado da própria dinâmica do processo de redemocratização do país e fruto da atuação decisiva dos movimentos sociais organizados neste processo (Doimo, 1995; Gohn, 2001, p. 52 e Santos & Avritzer, 2002, p. 65), a institucionalização do chamado “controle social” sobre as políticas públicas reflete a consolidação daquilo que os cientistas políticos chamam de “democracia direta” ou “democracia participativa” (Bobbio, 2000).

O pressuposto fundamental dessa concepção de democracia é que a participação dos cidadãos e das organizações sociais em arenas deliberativas favorece o bom desempenho das instituições públicas, a eficiência de suas políticas e ações, o

¹ Os dados analisados neste paper são oriundos de pesquisa desenvolvida pela equipe da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema (PB), tabulados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) do MDA/SDT, no âmbito do Projeto de Pesquisa Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009 (CANIELLO, 2009).



fortalecimento da sociedade civil e do capital social e, conseqüentemente, a própria melhoria de vida da população, em função do controle social exercido sobre os investimentos públicos.

Este é o cerne do chamado “ciclo de gestão social”, mecanismo adotado pelo Governo Federal no Programa Territórios da Cidadania, implementado em colegiados ou fóruns territoriais compostos por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal. É no âmbito dessa instância que “matrizes de ações anuais” são discutidas de maneira viabilizar, através de projetos aprovados pela plenária, a efetivação do seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), elaborado por instituições ou organizações contratadas para esse fim e homologado pelo próprio Colegiado Territorial.

Este trabalho visa analisar a dinâmica da gestão social no Território da Borborema, na Paraíba, analisando as respostas de 80 questionários de impressão aplicados aos membros do colegiado dos 21 municípios do território.

Segundo os entrevistados, a principal motivação para a inserção de suas organizações ou instituições no colegiado foi a matriz orçamentária lançada pelo governo federal. Das instituições participantes, 29 delas (36,25%) freqüentam o colegiado há pelo menos dois anos e 40 instituições (50% do total) participam há mais de três anos. É importante destacar que as instituições com um maior período de participação, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, fazem parte ou são parceiras do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema que atuam no território desde a década de 90. Além da participação, estas organizações exercem uma forte influência na pauta e no debate do colegiado.

Em relação à forma de seleção dos membros do colegiado, 44,5% disseram que foi através de “convite direto”, 11% “convite pessoal” e 7,5% por “seleção voluntária”. Apenas 26% afirmaram que a seleção foi feita através de “convocatória aberta para eleição”

Em relação à capacidade de tomada de decisões² dos representantes das instituições presentes nas reuniões do colegiado, destacam-se os representantes das associações e sindicatos, lembrados 70% dos entrevistados. Seguindo esta escala

² Esta capacidade de decisão foi aferida pela seguinte escala de avaliação montada pela equipe da SDT e legendada da seguinte forma: muito baixa (1), baixa (2), mais ou menos (3), alta (4) e muito alta (5).



aparecem: os representantes dos agricultores familiares com 66,3%, os representantes das organizações não governamentais destacados 62,5%. Ainda foram lembrados por mais da metade dos membros (47) os representantes dos movimentos sociais. Estes números nos evidenciam a forte capacidade de tomada decisão que os membros da sociedade civil possuem dentro colegiado do Território da Borborema (Figura 1).

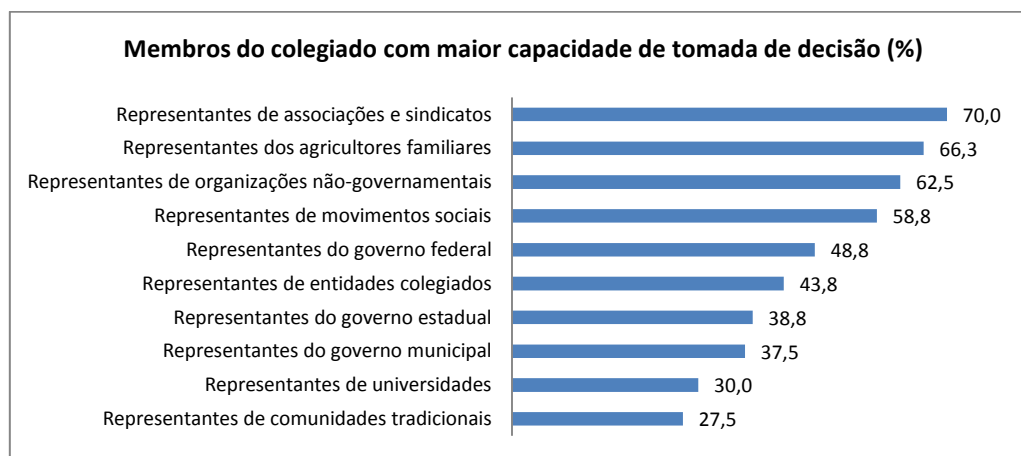


Figura 1 -2 Membros do colegiado com a maior capacidade de tomada de decisão (%)

Por outro lado, os representantes que tiveram a sua capacidade de decisão menor avaliada foram os membros das instituições governamentais (Figura 33).



Figura 3 Membros do colegiado com a menor capacidade de tomada de decisão (%)

A capacidade de decisão dos representantes dos governos municipais foi destaca por 30 membros (37,5%) como sendo muito baixa e baixa. Seguindo esta mesma escala de avaliação aparecem os representantes das universidades que foi destacado por 22



peessoas (27,5%), em seguida aparecem os representantes do governo estadual que foi citado por 21 pessoas (26,3%).

A baixa capacidade de decisão atribuída a estes representantes está relacionada a vários fatores. No caso dos representantes dos governos municipais, isso acontece pela falta de autonomia que os representantes das prefeituras possuem em função da não participação dos gestores nestas reuniões. No caso dos representantes das universidades, este número está associado à falta de participação dos representantes destas instituições nas reuniões do colegiado. Para se ter uma idéia (segundo informações da assessoria territorial), das três universidades (UFCG, UFPB e UEPB) inseridas no Território da Borborema, nenhuma delas tinham os seus representantes participando efetivamente das reuniões do colegiado. O mesmo acontecendo com os representantes dos governos estaduais. Aliado a estes fatores poderíamos ainda destacar a rotatividade e a não participação dos representantes destas instituições. Não resta dúvida que esta realidade afeta consideravelmente o desempenho do colegiado, principalmente pela importância que estas instituições possuem no que diz respeito à qualificação do debate e na tomada de decisões.

A hegemonia das instituições da sociedade civil está relacionada à trajetória e ao trabalho que estas instituições vêm desenvolvendo junto aos agricultores familiares dentro do Território, sendo importante destacar a forma como estas organizações marcam posição nas reuniões do colegiado, evidenciando uma “cumplicidade de projeto” destas organizações por terem como público alvo de suas ações os agricultores familiares. A qualidade e a participação destes atores no colegiado estão intimamente ligadas às dinâmicas existentes no Território antes mesmo da constituição do colegiado. Eles apresentam uma forte e consistente articulação dentro deste espaço, o que para uns pode ser entendido como negativo à medida que provoca o distanciamento de algumas instituições, para outros se torna fundamental no sentido de ser um elemento importante de mobilização.

O principal mecanismo utilizado para propagar as decisões do colegiado, segundo informações dos entrevistados foi a internet. Segundo 65 representantes (81,25%) as decisões e as ações tomadas pelo colegiado foram repassadas para seus membros através de e-mail. Também foi destacado que estas informações foram repassadas através de comunicação pessoal como foi destacado por 29 membros



(36,25%), e via parceiros (organizações da sociedade civil) que foi lembrada por 26 representantes (32,50%).

Apesar de terem citados estes mecanismos de comunicação em suas falas, os entrevistados relataram que algumas informações, segundo eles importantes, não eram repassadas para todos os membros do colegiado.

Segundo eles, algumas informações e ações são concentradas e tomadas por um número pequeno e restrito de organizações. Foi mencionado por um número significativo de membros, como organizações centralizadoras destas organizações o Pólo Sindical da Borborema, a AS-PTA e a Arribaçã, que segundo eles monopolizam as informações, o que em certa medida chega a afastar algumas instituições, como foi o caso de alguns representantes (do Brejo) que deixaram de participar alegando que “só se debate coisa de interesse do Pólo... quando é coisa de prefeitura ou de outra instituição que não faz parte do Pólo elas não querem debater”.

Apesar de terem afirmado que recebem e-mails, outro aspecto que foi destacado pelos membros do colegiado foi a falta de comunicação/informação entre a coordenação do colegiado e seus membros. Eles também destacaram como pontos fracos a precária articulação entre os atores sociais, a condução das dinâmicas colegiadas e o funcionamento colegiado. Aqui eles destacaram a falta de objetividade das reuniões, a não socialização de documentos e o longo tempo gasto nas plenárias. Segundo um deles “se fala muito e se produz pouco”. Para alguns membros, essa falta de objetividade tem afastado várias instituições das reuniões.

A falta de conhecimento sobre a forma como é repassada as decisões e ações do colegiado, relatada por alguns membros, pode ser de certa forma justificada pela não participação e pela rotatividade de vários deles, levando assim a uma descontinuidade das atividades, e ao conseqüente enfraquecimento das discussões e das definições das prioridades do Território. Neste sentido, fica evidente a necessidade de se criar mecanismos de controle com o objetivo de minimizar estes problemas, melhorando assim a funcionalidade e a produtividade do colegiado. Neste sentido seria importante o debate em torno da necessidade da indicação, por parte das instituições, de representantes minimamente qualificados e conhecedores dos problemas, potencialidades e dinâmicas sociais presentes no Território.

Tendo como característica de ser uma arena de debate, o colegiado tem como objetivo debater temas relacionados à sua identidade e características. Neste sentido,



70% dos respondentes afirmaram que o tema tratado com mais frequência pelo colegiado são os **projetos**.

Este número de certa forma reflete a dinâmica e as bases das discussões do colegiado territorial. Esse dado também pode estar associado ao fato dos projetos de investimentos serem deliberados pelos membros do colegiado, o que leva ao debate em torno deste tema. Esse tema tem sido o ponto alto da gestão do colegiado, onde as reuniões que tratam desse tema apresentam maior índice de presença dos membros. Contudo, apesar de ter sido bem citado, o debate em torno dos projetos não reflete a execução dos mesmos. Atualmente, a maioria dos projetos de investimentos, que foram deliberados pelo colegiado, ainda não foi entregue às comunidades. Os principais motivos para o atraso destas obras têm sido provocados, em certa medida, por motivos técnicos e operacionais que o colegiado não vem conseguindo solucionar.

Seguindo o grau de frequência, foram citados por mais de 50% dos entrevistados os temas relacionados ao **desenvolvimento agropecuário**, que foi destacado por 49 (61,3%) dos membros do colegiado, o tema relacionado a **planejamento** que foi lembrado por 47 (58,8%) pessoas, e em seguida aparece o tema **meio ambiente** que foi destacado por 46 entrevistados correspondendo a 57,5% do total de respondentes.

Estes temas estão intimamente ligados às dinâmicas territoriais executadas por várias instituições inseridas no Território (Pólo, AS-PTA, Arribaça, entre outras instituições). Esta informação reforça a tese da importância do capital social e simbólico que alguns atores possuem dentro do Território. Segundo os informantes, estes temas estão relacionados às características de identidade do Território (agricultura familiar e produção agrícola). Neste sentido, é importante destacar que a maioria dos membros do colegiado (STR, CMDRS, Organizações não governamentais entre outras) têm como planos de ação projetos de desenvolvimento das atividades agropecuárias pautados na sustentabilidade ambiental e na agroecologia como é o caso do Pólo Sindical da Borborema.

Segundo os membros do colegiado, a pouca participação dos gestores públicos nas reuniões do colegiado tem sido o problema que mais prejudica o seu desempenho. Este problema foi destacado por 56 entrevistados (70%). Segundo eles, determinadas decisões só podem ser tomadas com a presença dos gestores, como por exemplo, a doação de um terreno e/ou o cumprimento de contrapartidas para a realização dos projetos, só acontece com a presença do gestor. Seguindo a escala de importância



aparece o problema da baixa participação dos produtores que foi lembrado por 52 deles (65%).

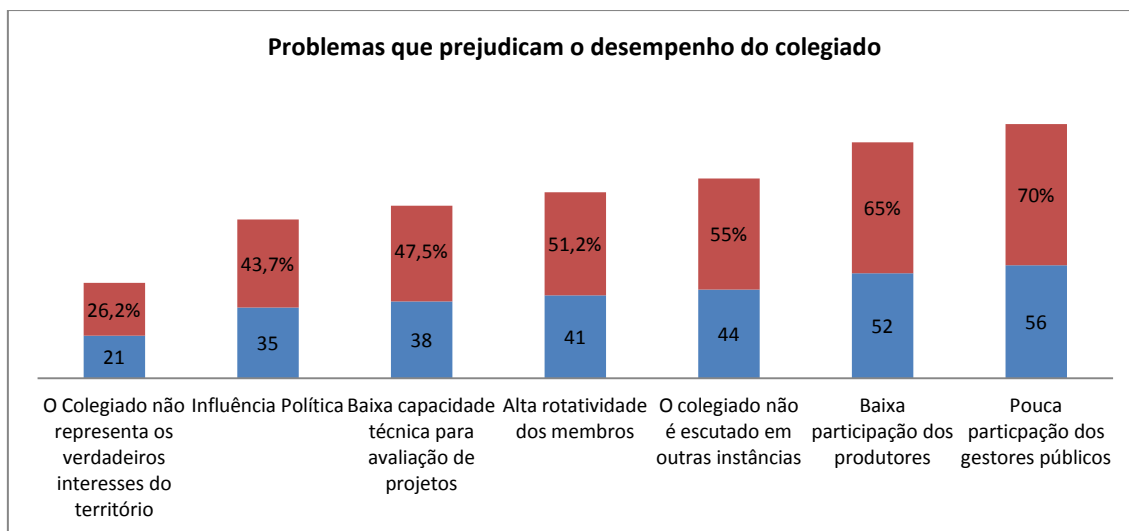


Figura 4 Principais problemas que prejudicam o desempenho do colegiado

Outro aspecto que foi lembrado por mais de 50% dos entrevistados é o fato do colegiado não ser escutado em outras instâncias. Eles lembram que fora do colegiado determinadas ações não são acatadas por outras instâncias. Um exemplo deste problema aconteceu no ano de 2010, quando o colegiado do Território da Borborema, junto com outras instituições, realizou várias discussões em torno da não utilização de agrotóxico como forma de controle e combate da mosca negra. Apesar do debate, o governo do Estado não acatou as orientações deliberadas pelas instituições do Território e continuou com a aplicação do veneno.

Mais três problemas que foram avaliados por eles como prejudiciais para o desempenho do colegiado são: (i) a alta rotatividade de seus membros que foi destacado por mais da metade (51,2%) dos membros (41) do colegiado. Este problema tem afetado diretamente toda a dinâmica e gestão do colegiado. Esta alternância prejudica o desenvolvimento e continuidade das ações que são e precisam ser tomadas pelo colegiado; (ii) em seguida aparece a baixa capacidade técnica para a avaliação de projetos. Este problema tem feito com que vários projetos que são idealizados pelo colegiado não ganhem corpo em função do colegiado não possuir a capacidade técnica para planejá-los, executá-los e monitorá-los. Recentemente o colegiado teve vários de seus recursos disponibilizados pelo MDA tendo que ser devolvido ou até mesmo não



acessado pela falta dessa capacidade técnica; (iii) o último problema destacado por eles como prejudicial para o desempenho do colegiado é a influência política. Segundo alguns entrevistados, várias ações tomadas pela coordenação do colegiado têm motivações políticas. Eles alegam que algumas instituições dominam o acesso e a deliberação de recursos, principalmente no que diz respeito aos projetos de custeio.

Tendo em vista que para a elaboração e concepção de documentos, como também outras ações, dentro de um colegiado, é preciso que sejam tomadas algumas decisões, a pesquisa buscou aferir quais os principais mecanismos de decisão utilizados pelo Colegiado da Borborema. Com vemos na Figura abaixo, o principal mecanismo de tomada decisão é a votação por maioria. Este procedimento foi destacado por quase todos os membros (69 de 80) participantes do colegiado (86%). Além da votação por maioria, Mais de 30% (25) deles destacaram os acordos por consenso que são realizados nas plenárias do colegiado, como também 23 deles disseram existir articulações entre os grupos.

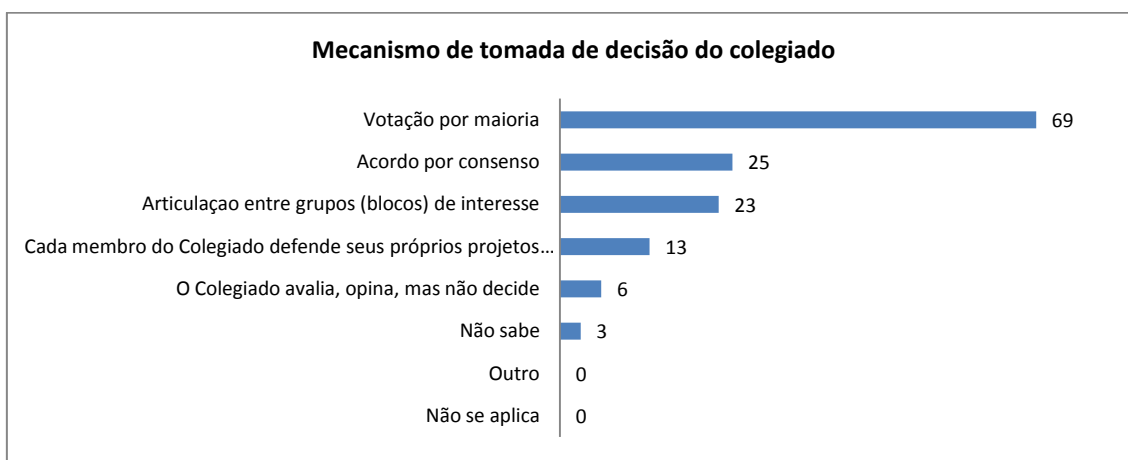


Figura 5 Mecanismo de tomada de decisão do colegiado

Estes números nos revelam o caráter democrático que o Território da Borborema possui quando é preciso tomar decisões. Assim, o colegiado mais uma vez se configura em uma *locus* de debate, no qual a tomada de decisões tem regras claras, mesmo que em alguns casos, algumas instituições consigam se sobrepor a outras, principalmente no que diz respeito ao capital social, político e simbólico construído e adquirido ao longo do tempo. Ou seja, dentro de campos, algumas instituições, em função do acúmulo destes capitais conseguem se desenvolver melhor que outras instituições (BOURDIEU, 2007)



Visto que algumas destas votações são acerca da gestão de projetos de desenvolvimento territorial, o questionário aferiu as ações tomadas pelo colegiado para a gestão destes projetos. Os números nos revelam que para mais de 50% dos membros do colegiado, a priorização e seleção com base em critério (46) é fundamental para a gestão destes projetos. Praticamente o mesmo número (43) de pessoas disse ser necessária a realização de análise da viabilidade técnica dos projetos. Alguns deles (19) também julgaram importante a avaliação interna de mérito dos projetos. Estes números nos mostram que em certa medida o Território tem buscado ações que melhorem a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial proposto pelo colegiado. Ver Figura 6, abaixo.

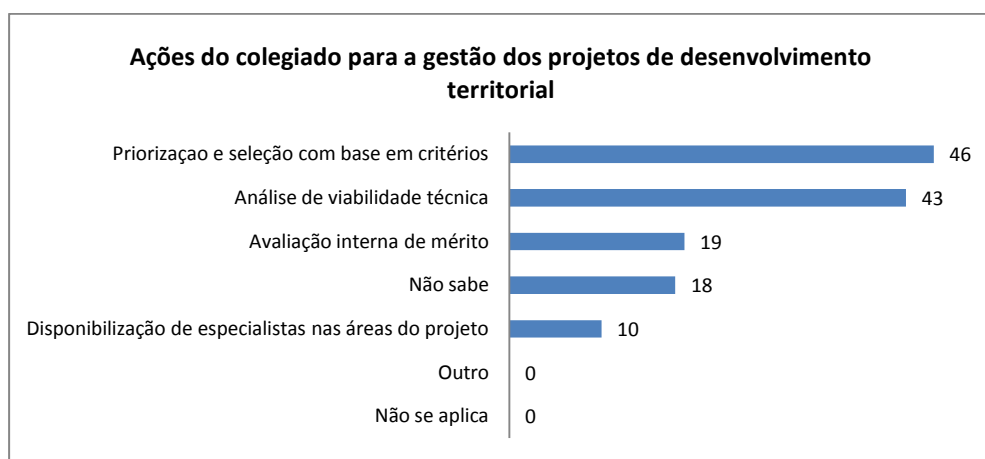


Figura 6 Ações do colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial

Entretanto, um traço característico de todos os índices e indicadores avaliados pela pesquisa é que, sejam eles altos, médios ou baixos, existe uma tendência decrescente quando se vai do campo das idéias (concepções, representações, ideologia) para o campo da prática.

Podemos verificar esta tendência quando analisamos, por exemplo, a participação das entidades na elaboração de instrumentos de planejamento para a intervenção prática no desenvolvimento territorial (Figura 7). Em primeiro lugar, o total de participações em todas as fases de elaboração dos documentos (oficinas de discussão, concepção e elaboração, e revisão) decresce de 112 no diagnóstico para 110 no PTDRS e 101 no documento com a “visão de futuro”. Isto é, a participação das entidades na elaboração dos documentos diminui em termos gerais, decresce da elaboração do



documento que registra a percepção da realidade (“diagnóstico”), ao instrumento de intervenção prática imediata, inclusive necessário para a liberação de recursos para os projetos (PTDRS) e, mais ainda, à elaboração de um documento de planejamento de ações a longo prazo (“visão de futuro”).

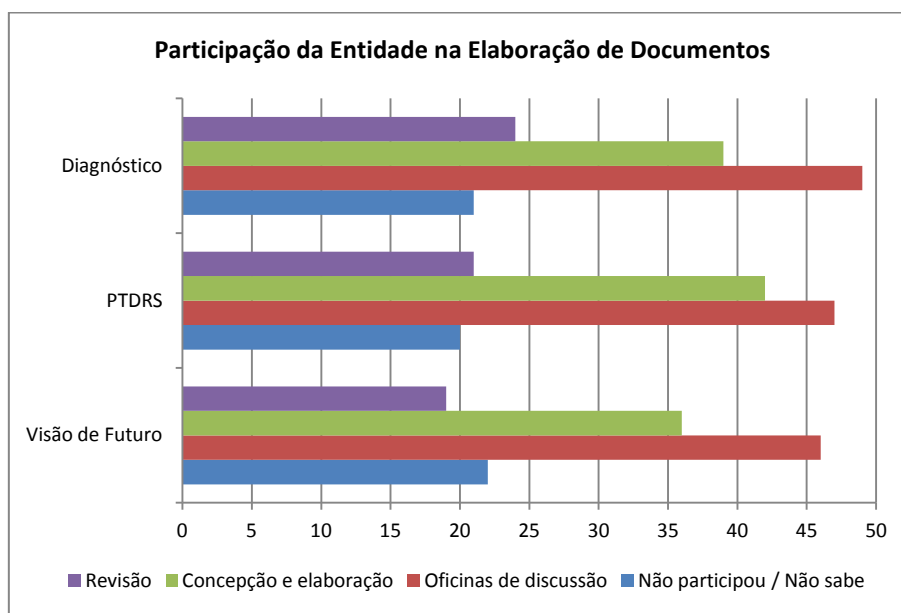


Figura 7 Participação da entidade na elaboração de documentos

Por outro lado, a participação das entidades no processo de construção do Diagnóstico, do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Visão de Futuro decresce significativamente quando se passa da participação nas “oficinas de discussão para sua formação” para as fases de “concepção e elaboração” dos documentos e, finalmente sua “revisão”, que é a chamada fase de “qualificação” dos instrumentos. Ou seja, a participação é maior quando os documentos são discutidos nas inúmeras “oficinas” promovidas, e menor quando se trabalha efetivamente na sua elaboração concreta.

O próprio Resumo Executivo do PTDRS do Território da Borborema 2010-2020 elaborado pela ONG Vínculus e publicado pelo MDA (BRASIL, 2010) denuncia essa tendência, pois, das 62 páginas, 52 são dedicadas ao diagnóstico territorial e apenas oito ao planejamento estratégico, limitado a um diagrama (p. 53) e uma planilha (pp. 54-60) com os “eixos aglutinadores”, “programas”, “projetos” e “ações”. Ora, não há sequer um plano de metas, um cronograma de ações e/ou projetos e, muito menos, um instrumento de verificação com indicadores de resultados esperados. Assim, como um



“Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável”, o documento resume-se em uma extensa introdução contextual e um vago conjunto de boas intenções.

Um dado associado a essa tendência se refere às áreas em que os membros do colegiado receberam capacitação. Segundo dados da pesquisa, os membros do colegiado afirmaram ter participado de 239 capacitações (CANIELLO ET AL, 2011, p. 77), conjunto que podemos estratificar em três grupos, indo de propostas mais teóricas a propostas mais práticas, a saber: (1) qualificação em planejamento do desenvolvimento rural (“planejamento participativo”, “desenvolvimento territorial” e “planejamento estratégico”), que totalizam 103 capacitações (43%); (2) elaboração de projetos e planos de desenvolvimento, com 52 ocorrências (22%); e (3) intervenção nos processos de desenvolvimento (“controle social”, “organização”, “monitoramento e avaliação” e “gestão de conflitos”), com 84 ocorrências (35%). Isto é, 65% das capacitações foram voltadas para o planejamento e a elaboração de projetos, enquanto apenas 35% para a preparação dos membros do colegiado quanto à efetivação desses projetos e planos, sua gestão e controle.

Ainda neste campo, não podemos deixar de citar dois fatos que verificamos ao analisarmos a execução orçamentária de 2008 no Território da Borborema, com base nos dados disponibilizados no Portal da Cidadania (CANIELLO ET AL, 2011 e 2012, *no prelo*)³. Em primeiro lugar vimos que, para o processo de elaboração do PTDRS, a ONG Vínculus recebeu 150 mil reais relativos à capacitação de 50 membros do colegiado para este fim, quantia que somada aos recursos despendidos na própria elaboração do documento, totalizaram 231 mil reais. Por outro lado, a mesma ONG recebeu 70 mil reais para formar agentes de desenvolvimento, mas cumpriu apenas 2,5% da meta física (embora os dados disponibilizados no Portal da Cidadania indiquem que nenhum membro do colegiado recebeu esta capacitação), ao passo que a ONG Arribaça recebeu cerca de 285 mil reais para a formação em cooperativismo e comercialização e para o apoio a empreendimentos cooperativos e associativos, mas não executou nenhuma meta física planejada⁴.

³ Ver Anexos 11.1 e 11.3.

⁴ Não nos aprofundamos na análise acerca destas constatações por duas razões. Em primeiro lugar, porque a análise da execução dos recursos de custeio não está no escopo da pesquisa financiada pelo CNPq/MDA/SDT; em segundo lugar, porque até hoje não conseguimos apresentar os resultados parciais da pesquisa e as publicações da Célula ao Colegiado (ocasião em que poderíamos discutir



Finalmente, é no item **Avaliação de Projetos** que aparecem as maiores limitações no que tange à prática efetiva do colegiado no desenvolvimento territorial na Borborema. Por um lado, constata-se que apenas sete projetos de infra-estrutura foram concluídos desde 2003, quando os primeiros recursos de investimento foram liberados para o Território. Por outro lado, os índices para os indicadores de avaliação de projetos são extremamente baixos, aliás, os menores apurados em toda a pesquisa, sendo três deles considerados ruins, “planejamento” (0,262), “indícios e impactos” (0,356) e “gestão (0,360), e o indicador “execução” como tão somente regular (0,577).

Um outro dado relevante nesse aspecto é o grande número de membros do colegiado que não sabiam responder questões sobre os projetos, como “o papel do Colegiado Territorial no desenho e definição dos componentes do projeto” (25,7%), “ações utilizadas no planejamento do projeto (19,1%), “capacidade instalada dos projetos” (28,6%) e “melhoria na qualidade de vida dos beneficiados” (42,9%).

Sob nosso ponto de vista, estes dados indicam que há a necessidade de uma maior atenção à qualificação prática dos membros do Colegiado, municiando-os tecnicamente para uma postura mais pró-ativa no que se refere à sua ação efetiva no processo de desenvolvimento territorial.

Foi o que verificamos para os indicadores melhor avaliados do **Índice de Identidade Territorial**, “agricultura familiar”, “economia”, “meio ambiente” e “política”, respectivamente, cujos escores referentes às variáveis “gestão territorial” e “resolução de conflitos” – quesitos que apontam mais para a própria ação coletiva dos indivíduos e menos para o sistema de valores que a fundamenta, isto é, que expressam como a identidade é efetivada na prática social cotidiana, seja no consenso (gestão), seja no dissenso (conflito) – foram sempre menores que os escores referentes às variáveis mais ideológicas e representacionais “limites do território”, “história comum” e “características marcantes”.

O único indicador analisado⁵ em que não se observa essa tendência, o quinto melhor avaliado, demonstra que a “pobreza” não tem grande importância na definição ideológica da identidade territorial, mas que as “organizações sociais e comunitárias”

coletivamente e participativamente os diversos temas abordados), embora tenhamos tentado agendar este momento várias vezes.

⁵ Em função da baixa avaliação dos indicadores “colonização” e “etnia”, estes não foram analisados neste Relatório Analítico.



são consideradas como importantes para a “gestão do território”, superando em muito, para esta variável, a avaliação obtida pelos “movimentos sociais e políticos” e “organizações ambientais”, ficando pouco abaixo das “organizações produtivas” e apenas significativamente abaixo da avaliação referente às “organizações da agricultura familiar”. Entretanto, o mesmo não ocorre com a variável “resolução de conflitos”, que segue a mesma tendência geral apontada, atingindo o menor escore para este indicador.

Por outro lado, ainda para o Índice de Identidade Territorial, outra tendência geral é que os escores atingidos pela variável “visão de futuro” são sempre maiores que os atingidos pela variável “metas e objetivos”, com exceção para o indicador “movimentos sociais e políticos”, em que empatam. Assim, mais uma vez fica patente certo descompasso entre a elaboração ideológica dos membros do colegiado (“visão”) e a sua disposição prática para a ação (“metas e objetivos”), materializada em discrepâncias entre a avaliação positiva das duas variáveis citadas, do indicador melhor avaliado ao indicador com pior avaliação.

No caso do **Índice de Capacidades Institucionais**, a pior pontuação do indicador “participação” fala por si só: aquele que deveria ser o principal fator prático da gestão territorial é o considerado o menos importante pelos respondentes. Por outro lado, no que tange à “infra-estrutura institucional”, segundo indicador melhor avaliado, percebe-se que há estruturas administrativas instaladas para o planejamento em metade dos municípios e para o desenvolvimento rural em 20 deles (95%), mas na prática as Secretarias parecem não desenvolver suas atividades a contento, demonstrando sua baixa capacidade de fomentar concretamente o desenvolvimento das áreas rurais. Mais uma vez, as “potencialidades” parecem superar as “efetividades”, embora seja importante ressaltar que o capital social é significativo no Território da Borborema, o que aponta para a necessidade de processos de formação que enfatizem principalmente a perspectiva prática do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

CANIELLO, M.; BASTOS, V.V.S.; MARTINS, M.F.; PIRAUX, M., CANTALICE, L.; NUNES, T.L.; TORRES, J.V.O. *Relatório Analítico do Projeto de Pesquisa*



Acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Campina Grande, GEPAD/UFCG; Brasília, SGE/SDT/MDA, 2011.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica.* São Paulo, Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de S. & AVRITZER, Leonardo: “Introdução: para ampliar o cânone democrático, SANTOS, Boaventura de S. (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.



Encontro da
Rede de Estudos
RURAIS

Desenvolvimento,
Ruralidades
e Ambientalização:
paradigmas e atores em conflito

**3 a 6
Junho
2012**

